

A CONSTRUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA COLETIVA DE MULHERES DO ASSENTAMENTO LIBERDADE NO FUTURO: UMA HISTÓRIA DE LUTA

THE CONSTRUCTION OF THE COLLECTIVE AGROINDUSTRY OF WOMEN IN THE SETTLEMENT LIBERDADE NO FUTURO: A HISTORY OF STRUGGLE

Deisi Gabriele da Rosa Correa
Bacharel em DRGA pela UERGS
deisi-correa@uergs.edu.br

Cassiane da Costa
Professora Doutora da UERGS
cassiane-costa@uergs.edu.br

Rogério Antonio Enderle
Doutor em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS
rogerioenderle@gmail.com

Rosemeri da Silva Madrid
Professora Doutora da UNIPAMPA
rosemeri.madrid@gmail.com

**Grupo de Trabalho (GT): GT10 - Abastecimento, segurança alimentar e
nutricional e
dinâmicas de consumo**

Resumo

Nesse artigo buscamos entender como acontece a inserção das agroindústrias familiares nos mercados agroalimentares. O objetivo geral foi compreender o processo de formação da agroindústria coletiva das camponesas do Assentamento Liberdade do Futuro, em Sant'Ana do Livramento/RS, como uma estratégia para acessar mercados agroalimentares. Utilizamos como método o estudo de caso. Como ferramentas, usamos um roteiro de questões, aplicado nas entrevistas com cinco mulheres feirantes que fazem parte da agroindústria coletiva. A agroindústria coletiva nasce para formalizar a produção de queijos e possibilitar o acesso aos mercados agroalimentares, embora existam muitas dificuldades para construir a agroindústria e acessar os mercados, garantindo um produto de qualidade e acessível a quem é trabalhador(a). Esse grupo de mulheres que protagoniza a agroindústria coletiva é fruto do trabalho coletivo realizado pelas bases e formações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), expressando a força e empoderamento do feminismo camponês popular. As dificuldades encontradas para formalizar uma agroindústria coletiva de famílias assentadas não está de acordo com a realidade da agricultura familiar, necessitando que a legislação e a postura dos órgãos fiscalizadores sejam revistas.

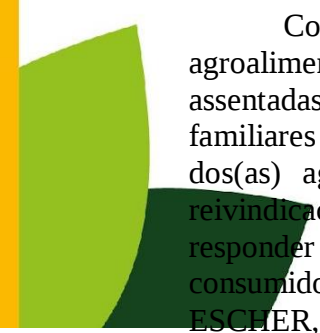
Palavras-chave: assentadas da reforma agrária; agroindústria; legislação sanitária; qualidade; formalização; mercados.

Abstract

In this article, we seek to understand how family agribusinesses are inserted into agri-food markets. The general objective was to understand the process of formation of the collective agribusiness of peasant women from the Liberdade do Futuro Settlement in Sant'Ana do Livramento/RS, as a strategy to access agri-food markets. We used the case study method. As tools, we used a script of questions, applied in interviews with five women market vendors who are part of the collective agribusiness. The collective agribusiness was created to formalize cheese production and enable access to agri-food markets, although there are many difficulties in building the agribusiness and accessing markets, ensuring a quality product that is affordable for those who work. This group of women who lead the collective agribusiness is the result of the collective work carried out by the bases and formations of the Landless Workers Movement (MST), expressing the strength and empowerment of popular peasant feminism. The difficulties encountered in formalizing a collective agroindustry of settled families are not in line with the reality of family farming, requiring that legislation and the stance of regulatory bodies be reviewed.

Key words: agrarian reform settlers; agroindustry; health legislation; quality; formalization; markets.

1. Introdução



Compreender a inserção das agroindústrias familiares nos mercados agroalimentares é de suma relevância para consolidar estratégias encontradas por assentadas(os) da reforma agrária, que utilizam a formalização de agroindústrias familiares para acessarem os mercados agroalimentares e neles permanecerem. As lutas dos(as) agricultores(as) familiares por seus direitos sempre foram voltadas para reivindicações de terra, crédito e justiça social etc. Os mercados e a necessidade de responder a um consumidor(a) ou mesmo para criar uma determinada demanda do consumidor(a), são muito raramente mencionados (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016).

Quando se adquire um alimento produzido por mãos de agricultores(as) familiares assentados(as), além de adquirir pelo diferencial associado a produtos desse segmento familiar, como questões relacionadas à diversidade de alimentos, alimentação saudável, no caso dos produtos de feira, que em sua grande maioria são livres de agrotóxicos. Adquirimos juntamente com eles o saber fazer, muitas histórias de vida, dificuldades, superações e desafios que lhe são impostos. Um exemplo real desses obstáculos, está na comercialização do queijo caseiro e artesanal, por se tratar de um item de origem animal que demanda cuidados específicos até chegar na mesa do(a) consumidor(a).

Nesse sentido, os produtos produzidos pelas mulheres das famílias camponesas do assentamento Liberdade no Futuro, no município de Santana do Livramento/RS, mais especificamente os queijos, é fonte de alimento para as famílias, assim como geração de renda, fruto do trabalho das mulheres e todos que ali vivem. Sendo motivo de orgulho, de valorização do saber-fazer de cada um e respeito com o que a natureza lhes oferece.

No entanto, devido às leis sanitárias existentes no Brasil para a comercialização dos queijos artesanais, a produção dessas mulheres era vista como irregulares aos olhos da legislação atuante, fator esse que as obrigava a comercializar seus produtos de maneira informal. Muitas vezes elas eram tomadas por um sentimento de medo e insegurança, pois era necessário esconder seus queijos para que a fiscalização sanitária não viesse a intervir com o recolhimento dos produtos. Notamos o grande impacto que a legislação sanitária traz para quem trabalha com a fabricação dos queijos artesanais em pequenas quantidades, na exigência de infraestruturas que muitas vezes requer investimentos elevados dificultando e, por vezes, impedindo a formalização desses(as) agricultores(as) familiares.

Por isso, a pesquisa pretendeu dar visibilidade à experiência das mulheres do assentamento Liberdade no futuro e de sua agroindústria coletiva, que se uniram para que a sua produção de queijos fosse fortalecida e reconhecida. Assim, o objetivo geral desse artigo foi compreender o processo de formação da agroindústria coletiva das camponesas do Assentamento Liberdade do Futuro, em Sant'Ana do Livramento/RS, como uma estratégia para acessar mercados agroalimentares.

Para tanto, utilizou-se do estudo de caso, por meio de entrevistas realizadas com o auxílio de um roteiro de questões. Também utilizamos arquivos de vídeos existentes, gravados em 2022, com entrevistas realizadas por estudantes e professores da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UFRGS), juntamente com as famílias camponesas do assentamento Liberdade no Futuro, que integram a agroindústria coletiva.

Especificamente, realizamos entrevistas com cinco mulheres camponesas do Cerro dos Munhoz, que fazem parte da agroindústria coletiva, ressaltando que a mesma é constituída por dez famílias assentadas. Para cada mulher entrevistada foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido, devidamente assinado por elas, onde autorizavam a utilização das informações para elaboração da pesquisa, como também a identificação e o uso de seus nomes reais. Fez-se uso de gravador de voz para absorver ao máximo as respostas das mulheres, sendo fiel a fala de cada entrevistada. Além disso, também se participou de uma reunião de planejamento de mulheres integrantes da agroindústria com professores da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), realizada via Google Meet.

Por conseguinte, foi possível compreender de que forma acontecia a comercialização informal dos queijos antes da construção da agroindústria coletiva das mulheres, verificar como ocorreu o processo de criação e formalização da agroindústria, bem como suas dificuldades, observando o conceito do coletivo, expressando sua importância para o fortalecimento das relações entre mulheres camponesas.

2. Mercados agroalimentares, agroindústrias familiares e lutas feministas: algumas referências

Para Maluf (2004), o sistema agroalimentar vem sendo caracterizado pela coexistência de processos de padronização e diferenciação dos gêneros alimentícios, cujo reflexos acabam atingindo a fase agrícola. E em consequência dessa tendência de característica frequente, a sobrevivência da agricultura familiar em regiões onde ela está tradicionalmente presente acaba sendo comprometida.

Por outro lado, o autor afirma que valorizar produtos de qualidade diferenciados cria novas oportunidades de mercado, muitas vezes acessíveis à agricultores(a) familiares. Essas novas oportunidades vão desde a inserção dos agricultores(as)

familiares em nichos de mercados nacionais e internacionais, como se vê em produtos artesanais, aqueles com denominação e produtos orgânicos (MALUF, 2004).

Maluf e Wilkinson (1999) enfatizam que as novas possibilidades de integração da agricultura familiar no mercado agroalimentar, a partir de estratégias autônomas, exigem uma abordagem na qual os autores se referem como “construção de mercados”, adaptada à realidade do segmento familiar.

Essa agricultura diversa em pequena escala, como diz Maluf (2004), ocasiona a possibilidade de vínculos produtivos e comerciais a serem estabelecidos, direcionados para o consumo de alimentos diferenciados e distribuição. Os consumidores(as) têm a necessidade, cada vez maior, de estarem próximos do ponto de produção, realizando o acompanhamento do processo de fabricação e manipulação dos alimentos. Para Azevedo (2015), essa relação se dá pela construção de um laço de confiança e proximidade de ambos os lados, na dinâmica de face a face.

Segundo Schneider (2016), a relação dos agricultores familiares com os mercados acontece no cotidiano de formas variadas, tanto pelo lado da demanda quanto pelo lado da oferta. Se relacionam com outros mercados no caso da demanda, (na compra de insumos para realização das atividades, também com o auxílio de agentes na busca de assistência técnica e com os bancos na possibilidade de linhas de créditos).

A relação dos agricultores(as) familiares com a oferta acontece por meio das trocas diretas, através dos intermediários, agroindústrias, mercados governamentais e público civil, onde é destinado o escoamento da produção (SCHNEIDER, 2016). Nesse sentido, faz-se mister destacar os quatro tipos de mercados que aos agricultores(as) familiares se inserem, de acordo com SCHNEIDER (2016):

i) Mercados de proximidade – Nos quais trocas interpessoais são predominantes, relações de parentesco e reciprocidade. A qualidade dos bens trocados entre si é mais valorizada do que mais propriamente o lucro em si. “Estes mercados tendem em atuar com base em trocas diretas, valorizando a autogestão e a subsidiariedade” (SCHNEIDER, 2016, p. 122-123).

ii) Mercados locais e territoriais - as trocas são baseadas dentro da oferta e demanda e onde fator predominante seria o rendimento. “[...] mercados em que os agentes passam a produzir para vender ou trocar para ganhar, configurando-se uma economia mercantil simples.” (SCHNEIDER, 2016, p. 123).

iii) Mercados convencionais- mercados comandados por poderosos agentes privados orientados pela oferta e demanda de bens, produtos e mercadorias, venda e compra é seu objetivo.

iv) Mercados públicos e institucionais- espaço de troca em que o principal agente é o Estado. Como alguma organização pública ou não governamental.

Sendo assim, os quatro tipos de mercados nos quais os agricultores(as) familiares fazem parte, se diferenciam entre si de acordo com o tipo de agricultor(a) que os acessa, sendo estes mercados, resultado de uma construção social e de relacionamentos culturais (SCHNEIDER, 2016).

É nesse contexto que se insere a agroindústria familiar, conforme Gazolla e Pelegrini (2009 p. 2):

como uma atividade de produção de produtos agropecuários com conseqüente transformação destes em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do

trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é o que empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade.

Nesse contexto, de acordo com Bastian et al (2014), existem pelo menos três tipos de agroindústrias: a caseira, a familiar artesanal e a familiar de pequeno porte (BASTIAN et al., 2014). As agroindústrias caseiras são aquelas em que os alimentos beneficiados são para consumo da família, e as vendas são produto de algum eventual excedente.

No caso das agroindústrias familiares artesanais, segundo Sebastian et al. (2014), existe uma preocupação por parte dos agricultores(as) em preservar receitas herdadas de gerações, para que os produtos não percam a identidade existente e sigam um determinado padrão ao ser processado, onde pode-se notar uma forma de produzir que vem mais de acordo e ao encontro com a legislação.

As agroindústrias familiares de pequeno porte, como afirma Guimarães e Silveira (2010), são aquelas que se assemelham a agroindústrias convencionais, características artesanais não são vistas, os donos executam técnicas para um processamento padrão dos alimentos.

As agroindústrias familiares nascem sob a perspectiva de abrangerem novos nichos de mercados, destacando-se pelos produtos diversos que passam por processos de transformação dentro das propriedades. (NICHELE, WAQUIL, 2011).

Segundo Nichele, Waquil (2011) existe uma dificuldade para adequar a produção conforme às normas determinadas pelas instituições governamentais que fazem a regularização desses processos. Isso acontece, pelo fato de a grande maioria dos agricultores familiares ter um baixo poder aquisitivo e os investimentos para a regularização serem muito elevados. Sendo assim, muitas agroindústrias familiares permanecem em funcionamento de uma maneira informal, aproveitando-se do marketing “boca-a-boca” como garantia de qualidade.

Na maioria das vezes, as pessoas que consomem os produtos e sabem a sua procedência, não estão interessadas em ter o conhecimento se eles foram ou não fabricados dentro das exigências impostas pelas leis sanitárias, pois esses consumidores(as) mantêm relação de confiança com os produtores(as), reconhecendo a qualidade existente no que os agricultores(as) produzem (BASTIAN et al., 2014).

A maneira com que a legislação procede diante de uma pequena escala de produção, que é o caso dos produtos de origem artesanal, produzidos pelo segmento familiar, conforme afirma Silveira (2005), direciona os produtores(as) à informalidade. “Associando qualidade a estrutura física(...), pois seria necessário um investimento necessário para sua regularização, além de suas possibilidades e interesses”. (SILVEIRA, 2005, p. 04).

Como afirma Prezotto (2002, p. 02):

nas pequenas unidades de processamento de alimentos, “a qualidade dos alimentos(..) está mais ligada à qualidade da matéria prima, à saúde e higiene das pessoas que manipulam os alimentos, à higiene das instalações, ao fluxograma operacional dos trabalhos da agroindústria etc...”.

Diante de tal panorama agroindustrial, deve-se ressaltar a relevância das mulheres nas agroindústrias familiares. As mulheres assentadas da reforma agrária são protagonistas em diversas áreas, como a produção e comercialização de queijos.

As mulheres militantes do MST são protagonistas em diversos âmbitos sociais e em períodos históricos, seja no espaço privado seja no público – que se relacionam e não podem ser considerados de modo dicotômico. Atuam de modo dinâmico e como referência importante nos processos de reprodução familiar e social, mesmo sabendo que este papel não foi reconhecido de modo legítimo, especialmente no campo dos registros e produções teóricas. Isso porque, estamos falando de uma história escrita entre olhares e dominação masculina, o que dificultou a visibilidade da participação das mulheres. (FARIAS, 2011, p. 6-7).

No Estado do Rio Grande do Sul, o campesinato é configurado como espaço social de disputas de poder e uma forte dominação masculina. Em várias questões ligadas a ruralidade, as mulheres camponesas sofrem historicamente, mas podemos ver uma organização de maneira coletiva, onde elas estão conquistando direitos e lutando por equidade de gênero (COSTA, MARIN, 2018).

3. Desafios enfrentados pelas mulheres inseridas em um cenário de informalidade

Quando adquirimos um alimento produzido por mãos de agricultores(as) familiares assentados(as), além de adquiri-lo pelo diferencial associado a produtos desse segmento familiar, também existem as questões relacionadas à diversidade de alimentos e a alimentação saudável, no caso dos produtos de feira, que em sua grande maioria são livres de agrotóxicos. Adquirimos juntamente com eles o saber fazer, muitas histórias de vida, dificuldades, superações e desafios que lhe são impostos. Um exemplo real desses obstáculos está na comercialização do queijo caseiro e artesanal, por se tratar de um item de origem animal que demanda cuidados específicos até chegar na mesa do(a) consumidor(a).

As mulheres camponesas do Cerro dos Munhoz conhecem como ninguém os obstáculos que enfrentaram, antes de formalizar a produção dos queijos feitos em casa. Elas fabricavam as peças de queijo para serem vendidos nas feiras que são realizadas em diversos pontos aqui de Santana do Livramento/RS, conforme relata a camponesa Oliva, que é uma das mais velhas, entre as mulheres do grupo que compõem a agroindústria, com os seus 70 anos. Ela comenta que fazer queijo em casa é uma coisa natural de qualquer pessoa que venha do campo, sendo difícil alguém que se criou no campo não aprender a fazer um queijo.

Desde quando a gente na casa dos pais, se tinha à vontade e não só isso eu acho é um dom fazer queijo, pra comer e pra vender um pouco (risos). Então o queijo sempre foi a nossa primeira parte da família, porque com o queijo nós sempre tomava café com pão, com a nata ele sempre estava presente na mesa no café e a noite também, a gente fazia o queijo frito. É algo que vem vindo desde o tempo de criança, na verdade sempre se tirou leite se fez o queijo e se vendia também (ENTREVISTADA OLIVA, 2022).

Os queijos comercializados por elas, antes da formalização, eram aqueles feitos na casa de cada mulher do assentamento, dentro de suas cozinhas, seguindo a receita e modo de preparo pessoal (saber fazer passado de geração em geração). Não estava de

acordo com o que a legislação em vigor denomina ser o correto jeito de manipular para comercialização e consumo, mas era feito com apreço, higiene e cuidado, o que está dentro do conceito de qualidade ampla. Estaria fora dos padrões da qualidade sanitária que a fiscalização exige. Então, para elas sempre foi motivo de tensão o deslocamento do assentamento até a cidade, com seus queijos, para levá-los até as feiras ou mesmo diretamente na casa de seus(suas) clientes. Mas, sobretudo nas feiras, pelo fato dos fiscais da vigilância sanitária aparecerem e confiscarem as peças.

A entrevistada Ana, relata sobre a questão das abordagens dos fiscais municipais da vigilância, para examinarem as produções de queijos em alguns pontos onde aconteciam as feiras.

Eu mesma nunca fiz feira no terminal do ônibus, mas as mulheres que fazem feiras lá, há, meu Deus, sofreram! E sofrem até hoje, porque a fiscalização ali é muito, porque ali é muito no centro. E não deveria ser assim porque o nosso produto é bom. (ENTREVISTADA ANA, 2022).

Ana, ressalta a qualidade do produto, qualidade ampla. Como conta a camponesa Oliva, era como se toda vez de levar o queijo nas feiras tivessem que enfrentar uma guerra, não sabendo o que aconteceria.

Outro ponto importante relacionado à comercialização, foi quando a pandemia de Covid-19 iniciou. Elas tiveram que reinventar a maneira de fazer as feiras, pelo fato de as pessoas estarem em um momento de isolamento social, evitando transitar nas ruas e de estar em contato físico. Mais uma vez, elas superaram desafios para garantir a rentabilidade familiar e não deixaram seus(suas) clientes sem adquirir os seus produtos de feira, e lá estava o queijo se fazendo presente na mesa dos(as) clientes e consumidores(as) em tempos de pandemia. Através de ferramentas virtuais, mantiveram contato com seus clientes, organizando pedidos e agendando dias de entregas (DE CAMPOS; DA COSTA, 2022).

As barreiras enfrentadas pelas mulheres camponesas e assentadas do Cerro dos Munhoz, a cerca dessa comercialização informal, é algo que não é exclusivamente direcionada a elas em especial, mas sim de todo agricultor(a) familiar que produz em pequena quantidade para sustento e autoconsumo e comercializa o excedente. Existe uma contradição no que as leis exigem nesse aspecto de formalização, muitas vezes não condizendo com a realidade dos agricultores(as) familiares. Dificultando o acesso e inserção dessas pessoas nos mercados agroalimentares, sendo eles(as) que produzem com tanta consciência, cultural, social e ecológica. É justo que para uma família comercializar algumas peças de queijo sem medo precisem investir cerca de R\$50.000,00? Qual família tem esse dinheiro guardado? Quantos queijos precisam vender para recuperar o investimento inicial? Os órgãos públicos que cobram a legalização, como a Prefeitura Municipal, auxiliam as famílias na busca por recursos?

Uma flexibilização deveria existir a respeito dessas normas, principalmente relacionadas a questões de qualidade, porque observando do ponto de vista das leis no que diz respeito sobre um produto ter ou não qualidade, elas condenam esses queijos fabricados pelas mulheres camponesas, alegando não existir qualidade neles.

A qualidade atribuída ao queijo, segundo a camponesa Marli se dá na fabricação tanto de um queijo artesanal, quanto no queijo feito em uma agroindústria, porque segundo ela a qualidade começa desde a ração que a vaca se alimenta, também com os cuidados das vacinas e higiene correta no local de manuseio dos equipamentos. E como complementa a camponesa Lucimara, a diferença que na agroindústria tem um fiscal,

para ir controlar e fiscalizar os locais e etapas envolvidas e que na produção de um queijo não formalizado, feito em casa o fiscal são elas mesmas, que devem manter esses cuidados, até por ser o mesmo queijo consumido pela família.

Entendemos que deveria haver um acompanhamento conforme as necessidades das famílias que comercializam a produção agroindustrial ainda sem formalizar. Para isso, seria montada uma equipe multidisciplinar de profissionais da SMAPA, Vigilância Sanitária, Serviço de Inspeção Sanitária e ASCAR-EMATER/RS. O acompanhamento se daria no sentido de apoiar e informar, não de punir. Seriam informadas as leis e adequações necessárias para formalizar a produção, elaborados projetos em conjunto com as famílias e a partir da realidade e condições de cada uma. Também seriam informadas possibilidades de acesso a recursos a fundo perdido, auxiliando na submissão de projetos, e possibilidade de acessar empréstimos específicos para agroindústrias familiares.

Ainda, é necessário ofertar formações constantes e gratuitas no município, como curso de boas práticas de fabricação e fazer um acompanhamento da produção e comercialização, buscando garantir a qualidade (qualidade ampla) até que a família consiga formalizar a produção. É possível fazer isso? Sim, e já foi sugerido aos órgãos competentes no município.

4. A história da agroindústria coletiva

Em 1990 as primeiras famílias de diversas partes do estado do RS foram assentadas no município de Sant'Ana do Livramento, formando vários assentamentos da reforma agrária, possibilitando para essas pessoas a construção de novas oportunidades de vida, proporcionadas pela luta, fruto do trabalho em cima de uma terra. As famílias domiciliaram-se nos lotes e a partir deles trabalharam com variadas atividades agropecuárias, entre elas, bovinocultura de leite e produção de hortaliças, sendo a principal fonte de renda das famílias nos assentamentos.

Sem sombra de dúvidas, essas mulheres, homens, jovens e crianças assentados(as) da reforma agrária aqui no município, tiveram que enfrentar uma série de questões para “fincar os seus pés na terra”, e nela trabalhar em busca de respeito, igualdade e reconhecimento. O trabalho com a bovinocultura de leite foi a atividade que ganhou mais força, até pelo tamanho de área de campo disponibilizada no lote para cada família nos assentamentos, sendo ideal para essa produção.

Esse fortalecimento no trabalho com o gado de leite dentro dos assentamentos, obteve impacto direto e positivo na bacia leiteira do município, começa-se então, visualizar a predominância de uma atividade agropecuária de extrema importância, por se tratar de um produto essencial, o leite, matéria prima fundamental para tantos outros alimentos como no caso do queijo por exemplo.

O leite, por se tratar de um produto perecível e que demanda cuidados com armazenamento adequado e transporte devido, após muitas reuniões em conjunto com as pessoas dos assentamentos, que tinham como pauta principal o processo de escoamento dessa produção leiteira das propriedades rurais, foi fundada uma cooperativa para possibilitar esse suporte. Foi criada então em 1992 a COPERFORTE (Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste).

Localizado na região rural de Livramento, precisamente no Cerro dos Munhoz, aproximadamente a uns 25 a 30km do centro da cidade, encontra-se o assentamento denominado Liberdade no Futuro, sendo um dos primeiros a chegar no município. Ele conta com a presença de muitas famílias, homens e mulheres que lutam e trabalham desde então nessa terra.

Como é de costume do próprio movimento do MST, as mulheres exercem um grande diferencial dentro dos assentamentos, elas protagonizam muitas funções, sendo elas relacionadas a produção de alimentos oriundos da horta, na produção de compotas, de doces, na fabricação dos queijos, artesanato, na participação social e política, estando a frente das feiras em diversos pontos da cidade para comercializar os produtos e também protagonizando a força das mulheres camponesas assentadas da reforma agrária (ALLENDE, 2019). Elas como camponesas e regadas de conhecimentos trazidos pelas gerações anteriores, carregam na essência da fabricação de seus produtos, em especial do queijo, todo saber fazer existente, fabricando um queijo caseiro que além de servir para o consumo de suas famílias também é comercializado para contribuição da renda.

O queijo caseiro fabricado pelas mulheres do Cerro dos Munhoz é muito querido pelos(as) consumidores(as) do município, se tornou uma das referências, assim como os produtos de feira que elas comercializam em vários pontos da cidade. E para elas sempre foi motivo de orgulho essa associação de referência, relacionada à qualidade, alimentação saudável, respeito com o que o campo oferece e representatividade em muitas lutas.

Um sonho foi idealizado por essas mulheres, sair desse cenário conturbado em que por diversas vezes a fiscalização as obrigavam a recolher seus queijos, não querendo mais, de certa forma trabalharem às escondidas. E para tanto, o caminho seria a construção de uma agroindústria de queijos, para que estivessem em acordo com o que a lei as exigia.

Assim, um caminho de muita luta inicia para essas mulheres do assentamento que como o nome diz, Liberdade no Futuro, enfrentariam para a realização desse sonho, que não se limitou a um sonho individual apenas, mas sim seria uma realização coletiva. Trata-se de um sonho sonhado em conjunto, pois a tão sonhada liberdade de comercializar os queijos sem empecilhos, não estava restrito apenas a uma mulher, e sim todas as mulheres envolvidas nas feiras e em sua grande maioria pertencentes ao Cerro dos Munhoz.

Há cerca de três anos atrás, iniciou-se o planejamento e a construção da agroindústria coletiva. Em uma reunião de mulheres realizadas na E.E.E.M. Antônio Conselheiro, em assentamento próximo ao Liberdade no futuro, dona Ana Picollo fez um relato emocionado sobre a comercialização de queijos coloniais. Ele relatou o amor que colocava em cada produto, dedicação e cuidado nos queijos a serem comercializados da mesma forma que nos queijos destinados ao autoconsumo da família. Na oportunidade, dona Ana também relatou a dificuldade de comercializar informalmente os queijos nas feiras que participa durante décadas, onde ela e outras mulheres assentadas muitas vezes se sentiam tratadas como ‘bandidas’ por vender um produto que sabiam que tinha qualidade e era feito com amor. Os momentos de apreensões dos produtos, a forma de tratamento dado pela fiscalização também foi lembrado por ela e outras mulheres com tristeza. Isso gerou a vontade de formalizar a produção de queijos, um sonho coletivo protagonizado por mulheres.

O planejamento iniciou com a escolha do lugar e constituição do grupo de

peessoas interessadas a participar. Várias famílias passaram a compartilhar o sonho, sendo a frente sempre das mulheres. Em 2019, foi aberto um edital de apoio a pequenos projetos pelo Sicredi. Esse edital foi apresentado às mulheres do grupo pela professora Cassiane da Costa durante reunião. Na oportunidade foi construído um projeto de forma coletiva e submetido ao edital. O projeto foi aprovado e marcou o início da reforma de um prédio histórico para o assentamento, uma escola que estava desativada. O grupo colocou a mão na massa, e no bolso também, pois foi preciso juntar investimento das famílias nessa e em outras etapas da construção da agroindústria.

Na sequência, foi elaborado e aprovado um projeto em edital de apoio a pequenos projetos da Fundação Luterana de Diaconia (FLD). Esse recurso possibilitou dar continuidade à obra e comprar máquinas e equipamentos. Também foi criado um projeto de amigos(as) da agroindústria que possibilitou a pessoas da cidade que investisse recurso no projeto no valor de R\$250,00 cada e recebessem o retorno na forma de produtos do campo recebidos das famílias. A parceria com a COPERFORTE possibilitou a disponibilização de um resfriador de leite. O projeto de Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária Fronteira da Paz possibilitou a compra de uma minicâmara fria e um aparelho analisador de leite Mik Test. O recurso foi oriundo de emenda parlamentar. O Programa FEAPER, através da mediação da equipe do escritório local da ASCAR-EMATER/RS, possibilitou a aquisição de um pasteurizador. Um projeto voltado à economia solidária financiado pelo SICREDI e coordenado pela Prof. Cassiane da Costa possibilitou a compra de três caixas térmicas e rótulos para os queijos. Por fim, o grupo adquiriu mais uma câmara fria com recursos próprios.

Fica claro o quanto foi necessário lutar e perseverar nesse projeto. O grupo o fez com garra e determinação. Inicialmente a documentação para formalização da agroindústria foi encaminhada através do CNPJ da associação do assentamento. Posteriormente, foi decidido criar uma associação. Foi contratada uma responsável técnica. Foram realizadas formações externas, como os cursos voltados à produção na Escola da Fundação Bradesco, em Rosário do Sul, e no Centro de Formação da ASCAR-EMATER/RS na Serra Gaúcha. Também foram realizadas inúmeras reuniões com o grupo para decidir os caminhos a serem trilhados. E assim nasceu a Agroindústria Sabores do Campo, com nome e desenho escolhidos no coletivo.

Assim, as famílias, e especialmente as mulheres que protagonizaram a luta, conseguiram que seu projeto obtivesse retorno, para que o sonho de legalizar a produção de queijos delas fosse colocado em prática. Uma conquista muito significativa para todas as pessoas envolvidas, mesmo com muitas dificuldades em função das demandas exigidas para a abertura de uma agroindústria, como exigências de infraestrutura, burocracias e taxas.

O projeto saiu do papel e começou a tomar forma, o sonho da legalização da produção passa a ser uma realidade, que coletivamente foi construído. Como fala a camponesa dona Carmem (2022) “[..]ter as famílias participando nesse resgate de uma agroindústria coletiva, pra mim é o nosso sonho coletivo que não morreu.”

A camponesa Cleide ainda enfatiza, que pelo fato de ser uma agroindústria coletiva, as pessoas pensam diferente, e talvez seja um fator pela qual obteve tanta demora para a liberação, e que talvez se fosse uma agroindústria de uma só pessoa já estivesse em funcionamento bem antes, mas sendo assim os passos são mais lentos. “sozinho a gente não caminha, tem que ter esforço coletivo, dedicação individual e liderança”. (CLEIDE,2022).

Imagem 01: Queijo do tipo colonial fabricado pela agroindústria coletiva das mulheres e comercializado em feira logo após a formalização



Fonte: Arquivo pessoal de professora Cassiane, 2022.

Em outubro de 2022 a agroindústria recebeu a autorização para iniciar suas atividades. Agora o queijo colonial e o queijo temperado produzidos são legalizados. Optou-se por adquirir a produção de leite de um lote e agroindustrializar. Uma mulher faz os queijos, a outra vira. A produção é comercializada em feira e entregue nas casas dos(as) consumidores(as) a partir de encomenda por redes sociais. O primeiro passo foi dado. Surgem novos desafios.

5. A concretização de um sonho e os desafios do acesso ao mercado

Conforme a notícia vinda de parte da professora Cassiane da UERGS, seria disponibilizado um recurso no banco Sicredi para investimento e fortalecimento de algum projeto destinado para essas mulheres assentadas. As mulheres não tiveram dúvidas de onde aplicar esse investimento e logo começaram as reformas no prédio, localizado no assentamento, para assim, dar início aos trabalhos da agroindústria.

Com o recurso disponível de R\$20.000,00, elas puderam dar um “pontapé inicial”, para finalmente conseguirem a tão sonhada legalização dos seus queijos, e assim, trabalharem mais tranquilas, podendo comercializar as peças sem se preocuparem com a fiscalização. Investiram na estrutura do prédio, com material de construção e equipamentos necessários para armazenar e produzir os queijos. Tudo conforme denomina a legislação para transformar e processar produtos de origem animal. “E nós sempre tínhamos essa vontade de legalizar, fazer um produto legal pra não entregar o produto que trazia de casa, então foi isso que animou”. (ENTREVISTADA CARMEM, 2022).

Da mesma maneira que as motivou para enfim poderem legalizar seus queijos, um impacto muito grande foi causado ao se depararem com as restritas exigências impostas para que uma agroindústria esteja em funcionamento, seja ela pequena, de médio ou grande porte. Não havendo uma divisão na lei que as diferencie, elevando extremamente os custos de produção.

Conforme a entrevistada Lucimara afirma, tiveram e ainda estão tendo muita dificuldade com a parte de impostos e tributação, para que o queijo seja vendido, e que as despesas são muitas e de início não terão retorno financeiro algum.

O modo de fabricação do queijo feito na agroindústria é totalmente diferente ao que elas estavam acostumadas a fazer em casa, o leite tem que passar por um processo de pasteurização, diferente do feito em casa que se utilizava o leite cru. São processos diferentes que influenciam no sabor do produto, e será outro desafio para elas, conquistar esses novos consumidores(as) com esse novo produto no mercado.

Além dos desafios para inserir o novo produto formalizado no mercado local, as barreiras impostas em decorrência dos custos elevados para produzir são enormes. Conforme afirma a entrevistada Ana, antes de formalizar elas conseguiam enxergar o retorno financeiro com a venda dos queijos artesanais, mas agora com o queijo pasteurizado, feito na agroindústria e legalizado, ainda não gera sobras. Sem falar no custo que é repassado ao queijo para comercialização, que acaba se tornando um produto caro em relação ao público de consumidores(as) que elas abrangem.

O que acontece de que eles acabam não tendo tanta aceitação, como a gente trabalha com um público assim, não vou dizer pobre, mas com dificuldades de recursos financeiros, o que impede e o que nos empata quando chega é o valor, no sentido de que pesa no bolso da família que vai comprar, porque o queijo nos últimos anos virou produto de luxo, digamos assim. Então come queijo quem tem um pouco mais de recursos pra comprar, porque o dinheiro desvalorizou e as pessoas tem prioridades em comprar outros alimentos pra poder ter uma alimentação saudável durante o dia, nas três vezes ao dia. Então o que impacta no consumidor é o preço do queijo, porque em comparação o queijo feito em casa e o feito na agroindústria é bem diferente o preço, porque os custos são diferentes (ENTREVISTADA LUCIMARA, 2022).

Por se tratar de uma fase inicial dos trabalhos, realizados por elas as mulheres da agroindústria coletiva, todos os passos, estratégias e acertos são decididos com o grupo. Contando sempre com o apoio de pessoas e instituições, envolvidas com esse trabalho, formando uma rede de apoio e suporte necessário para que a produção seja inserida no mercado agroalimentar local da melhor forma, tanto para os consumidores(as), quanto para as famílias que compõem a agroindústria.

A caminhada pela formalização da produção dos queijos das mulheres do Cerro dos Munhoz, nasceu a partir de um sonho coletivo e necessidade de inserção no mercado, se deparou com muitos empecilhos e ainda se depara com alguns, mesmo após a aprovação do selo para comercialização. Mas essas mulheres não pararam em nenhum momento, muitas vezes desanimaram, mas deram continuidade, uma levantando a outra.

Então é muita dificuldade, tem vez que tu desanimas, e desanimas mesmo, e diz: Ah não vou mais me incomodar. Mas daí tu para e pensa: não, a gente é um coletivo, somos 10 famílias e se nós desistir agora, a gente vai deixar o capitalismo nos vencer. E a gente é MST, a gente é movimento, a gente é pequeno produtor. A gente sempre sofreu, sempre tem preconceito contra nós, sempre tivemos essa dificuldade e nossos pais e nossos avós, e nós enquanto pequenos juntos com eles. Então não, nós vamos enfrentar, vamos ver qual é o meio que a gente consegue contornar a situação, e vamos em frente, não vamos desanimar, cabeça erguida e persistência sempre. (ENTREVISTADA LUCIMARA, 2022).

A fala de Lucimara traz uma história de lutas e resistências desse grupo. É possível perceber que o coletivo é colocado à frente do individual. Sobre as dificuldades que Lucimara menciona, são muitas. Um dos principais desafios da agroindústria que está iniciando é o acesso ao mercado. A comercialização vem sendo feita através da feira por mulheres do grupo ou da entrega nas casas de consumidores(as) a partir de encomenda por redes sociais.

Estabelecer o preço de venda do produto vem sendo um problema. Por um lado, as famílias que consumiam o queijo colonial feito de maneira informal pelas famílias não aceitaram bem o preço do produto formalizado. Assim, as vendas diminuíram. Por outro lado, os custos para a produção do queijo subiram consideravelmente com a formalização. A partir de planilha de cálculos organizada por profissionais da ASCAR-EMATER/RS é possível observar que o preço cobrado atualmente pelo produto deixa uma margem de lucro pequena. Entretanto, as mulheres têm receio de aumentar, não estar de acordo com a realidade das famílias consumidoras e perder mais consumidores(as).

Uma alternativa que vem sendo construída é aumentar consideravelmente a escala de produção para diminuir o valor por kg de queijo produzido. Uma das expectativas do grupo é a comercialização via mercados institucionais. Estão se preparando para acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que oferece um bom valor por kg do produto. Outra opção é a comercialização para mercados da cidade. O primeiro compromisso já foi firmado por uma integrante do grupo com um dos mercados locais. Pretendem fazer propostas a outros.

As mulheres também cogitam a possibilidade de diversificar a produção, produzindo bebida láctea, que utiliza subproduto da fabricação dos queijos, e manteiga. Ambos os produtos têm boa aceitação nos mercados institucionais. Como as famílias que integram a agroindústria coletiva também fazem parte da Coperforte, pensar a comercialização fora do município através da cooperativa também pode ser uma possibilidade.

6. A coletividade entre mulheres camponesas que gera força e visibilidade

As mulheres camponesas que são assentadas pela reforma agrária sabem muito bem a diferença que faz um trabalho em equipe. Não apenas elas, mas todo o grupo do assentamento, da mesma maneira os homens, jovens e crianças, sendo um marco dentro do movimento esse espírito coletivo à frente das lutas pela terra, para em cima delas trabalhar e construir suas vidas, na busca de maior igualdade social. É algo que vem das bases do movimento, desde os acampamentos onde muitos cursos de formações são realizados para empoderar essas mulheres e para estimular a juventude.

Ao longo das entrevistas realizadas com as mulheres do assentamento, percebemos em todas o senso de coletividade, quando não pensam apenas no individual, mas sim em uma comunidade como um todo. Todas enxergam o quão necessário é pensar coletivo para que a formalização da produção dos queijos fosse possível. E o MST faz esse trabalho lindamente desde a sua formação, conforme fala a camponesa Oliva.

Acho que já fizemos parte do coletivo por causa do próprio movimento, quando nós estávamos acampados tivemos várias formações. E em conjunto a gente ocupava as mulheres para fazer tudo, então no movimento a gente

dividia mais o trabalho, então o coletivo é da formação do movimento. (ENTREVISTADA OLIVA, 2022)

Percebemos nas falas de Ana, Carmem, Lucimara, Marli e Oliva, que foram entrevistadas, a real importância e valorização que uma consegue reconhecer sob a outra, e para mim enquanto mulher e feminista é lindo presenciar essa união de mulheres. Da jovem até a mais velha, que sabem da força que juntas elas têm, e que organizadas com um objetivo em comum, os resultados seriam muito melhores se individualmente tentassem formalizar a produção de queijos.

A necessidade do empoderamento da mulher, porque elas já faziam feira né, daí a gente veio morar pra mais perto da minha sogra e começamos a potencializar mais a feira que ela já fazia por vários anos. Então nesse sentido de que as mulheres seguiriam em frente desse negócio e que pra poder valorizar o queijo delas, o produto aqui do assentamento e apesar da agroindústria ser familiar, mas quem faz a gestão e quem organiza são as mulheres. (ENTREVISTADA LUCIMARA, 2022).

A coletividade como forma de fortalecer esse grupo de mulheres, que tinham um sonho de sair da maneira informal de produção e comercialização do queijo foi um ponto essencial. Além disso, traz uma marca de território, onde busca-se valorizar a produção de um produto feito por mulheres de um assentamento de reforma agrária do município de Sant'Ana do Livramento. E assim, representa identidade, proporcionando visibilidade, não apenas para o Cerro dos Munhoz, mas sim, para toda a região e principalmente para essas mulheres.

É com essa visão de coletividade, de trabalho conjunto em prol de uma causa, de um reconhecimento ou do objetivo que venha a existir, que os laços são fortalecidos, e os projetos tendem a dar certo. Apesar das dificuldades enfrentadas, as valentes mulheres do assentamento Liberdade no Futuro, souberam enfrentar esses caminhos desafiadores, assim como, coletivamente a décadas atrás, permaneceram resistentes e unidas para iniciar a vida na fronteira.

Cada uma das entrevistadas sabe da importante participação que exercem nas atividades em prol do funcionamento da agroindústria, as divisões das tarefas e tomadas de decisões são pensadas em grupo, de maneira que seja possível de cada uma realizar. O envolvimento das dez famílias que compõem a agroindústria começa desde o recebimento do leite. Com a ajuda dos meninos na hora de carregar os tarros, como fala Carmem, que conta com a ajuda de seu filho, Iago. A fabricação dos queijos pertence a algumas mulheres que ficam encarregadas dessa parte, assim como outras se encarregam de comercializar, e Lucimara responsável pela parte administrativa da agroindústria.

Com as falas das entrevistadas sobre ajudar as companheiras de luta na formação da agroindústria coletiva, lembramos que a causa feminista que é uma luta coletiva, e trazemos esse hino, grito feminista sobre coletividade entre as mulheres: *“Companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor!”*

7. Considerações finais

São muitas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres assentadas do Assentamento Liberdade no Futuro para que a produção e comercialização dos queijos pudessem acontecer, de forma legal aos olhos das legislações sanitárias e com isso, ocuparem espaço no mercado agroalimentar local. As mulheres organizaram-se para percorrer o caminho da formalização da produção, e de maneira coletiva formaram uma agroindústria, para trazer visibilidade, identidade e assim, agregar valor aos seus produtos, além de poderem trabalhar sem o sentimento de estar cometendo um crime, sentimento demonstrado pela maioria das entrevistadas.

Constatamos claramente nas falas das mulheres assentadas o compromisso de continuar produzindo um queijo artesanal para comercialização, um produto repleto de tradição, saber fazer, que traz consigo uma relação de confiabilidade, troca e respeito, entre consumidores(as) e agricultores(as). Um produto que está na mesa do trabalhador do campo desde sempre, como item de alimentação e é compatível com a renda familiar e quando comercializado nas feiras por elas realizadas nos pontos da cidade ou entregue nas casas. Como continuar garantindo essas condições com a produção formalizada? Eis o desafio, um grande desafio quando se considera o alto custo de produção por kg de queijo após a formalização.

Fica um questionamento: Para que um produto seja considerado de qualidade e apto para ser comercializado e consumido, como denomina a legislação, ele deveria estar enquadrado no que essa qualidade, atribuída apenas a questões de higiene sanitária, e regularização mediante um selo de certificação diz ser o correto? Ou, possamos atribuir qualidade também ao diferencial único que os produtos artesanais carregam, como sabor, tradição e confiabilidade nas relações, como por exemplo? Isso, sabendo dos cuidados higiênicos na hora da fabricação do queijo, fundamentais e indispensável para qualquer produção, seja artesanal ou de uma agroindústria como relatado pelas mulheres.

Verificamos a diferença que um trabalho coletivo de mulheres causa, quando se têm um propósito. Constatamos a importância do MST na vida dessas mulheres do assentamento Liberdade no Futuro, base para formação de um povo, na luta por igualdade agrária e social, representando inspiração e força, onde quer que estejam inseridos(as). Esse exemplo é necessário e importante na luta de enfrentamento aos preconceitos, ao patriarcado e a quaisquer tipos de opressões enraizadas na sociedade. E as ver, contornando esses obstáculos na realização de um sonho coletivo, que é a agroindústria coletiva de mulheres assentadas, é muito gratificante. Reconhecemos, dessa forma, o valor da união de mulheres que estão à frente (quer seja de uma agroindústria, quer seja de suas vidas).

A pesquisa evidenciou, nitidamente, que a inserção das agroindústrias familiares nos mercados agroalimentares acontece, de forma muito desigual comparado a outros tipos de agroindústrias. Isso se dá pelo fato das leis para abertura e funcionamento de uma agroindústria não coincidirem com a realidade de uma agroindústria familiar. Os custos são elevados, seja em relação a investimentos com infraestrutura, equipamentos, pagamento de responsável técnico, taxas, rótulos, embalagens etc. Isso, muitas vezes, contribui para a informalidade. É necessária uma revisão das leis atuais para uma possível flexibilização a cerca desse assunto.

A agroindústria coletiva das mulheres do Cerro dos Munhoz, caminha em processo inicial dos trabalhos formalizados, como apontou a pesquisa. Está ainda na fase inicial na busca de encontrar espaço e visibilidade no mercado local. Um trabalho de pesquisa de mercado ainda vem sendo realizado, na formulação de preços e também na capacitação diária das mulheres, na busca de aperfeiçoamento como cursos realizados por elas, para produção de um queijo agroindustrializado da melhor maneira possível, com qualidade e acessível aos(as) trabalhadores(as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIAN, L.; WAQUIL, D. P., GAZOLLA, M. (2014). **Agroindústrias rurais familiares e não familiares: uma análise comparativa**. *Redes*, 19(3), 51-73.

CALDAR, R. S. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados [online]. v. 15, n.43, 2001 2001.

CARTER, M. **Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil**. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 27-78.

COMPARATO, B. K. **Ação política do MST**. São Paulo em Perspectiva [online]. 2001, v. 15, n. 4, pp. 105-118.

COSTA, C.; MARIN, J. O. B. (Org.) **Gênero e Campesinato no Sul do Brasil: Dominação Masculina e Transformação**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2018.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. **Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 5 (2), pp. 22-38. 2010.

DE CAMPOS, A. M. J.; DA COSTA, C. **Mulheres do Cerro conectadas para a reinvenção da feira e a promoção da vida durante a Pandemia de COVID-19**. *Cadernos de Agroecologia*, v. 17, n. 3, 2022.

DEL GROSSI, M. E.; DE AZEVEDO MARQUES, V. PM. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2010.

FARIAS, M. F. L. (2011). **Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. In Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo.

GIL, A. C **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Ed. Atlas, 6º edição, 2017.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. *Ensaio FEE*, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MALUF, R.; WILKINSON, J. **Projeto “Ações de suporte ao Pronaf- -agroindústria na área de informações e gerenciamento de mercado”**: relatório parcial. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1999.

MEDEIROS, L. S. **Assentamentos rurais e gênero: tema de reflexão e pesquisa.** In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Org). Mulheres na reforma agrária. Brasília: MDA, 2008. p. 7-18.

PAVAN, D. **O CAMINHO FEMININO PARA A REFORMA AGRÁRIA.** Revista Nera, [S. l.], n. 3, p. 28–44, 2012.

PREZOTTO, L. L. **Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado.** 2008.

PREZOTTO, L. L. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, n. 31, p. 133-154, abr. 2002.

PELLEGRINI, G., GAZOLLA, M. **A Agroindustrialização da produção como estratégia de produção social da agricultura familiar.** Estudos Sociedade e agricultura, V. 17, n.2, volume 02 - outubro de 2009.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M. N.; ESCHER, F. **Revista Mundo e Meio Ambiente e Agrárias.** Curitiba PR, v.1, n.1, 3, jan./jun.2016.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.

SILVEIRA, P.R.C.; HEINZ, C. **Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, I, 2005, São Luis Gonzaga. Anais... São Luis Gonzaga/RS, 2005.